

Planos de Saúde... Só com

APOLLO
CORRETORA DE SEGUROS
4224.2822

Setecidades

Diário do Grande ABC • Domingo, 28 de abril de 2002

BILLINGS

Em uma década, 9 km² de invasões

Relatório do Instituto Socioambiental, que será lançado amanhã, aponta degradação no manancial

O seu anúncio
mais tempo
nas mãos dos
consumidores.
Fale 4435-8111
PratiCIDADES
O seu guia de Compras e Serviços

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte Diário do Grande ABC
Data 28/4/2002 Pg 116
Class. 30

Nicolas Tamasauskas
Da Redação

Ao longo de uma década, entre os anos de 1989 e 1999, a bacia hidrográfica da represa Billings teve um aumento de cerca de 9 km² – São Caetano tem 15,4 km² – em áreas ocupadas por habitações, em grande parte clandestinas. Esse é um dos resultados do relatório *Billings 2000 – Ameaças e Perspectivas para o Maior Reservatório de Água da Região Metropolitana de São Paulo*, que será divulgado oficialmente amanhã pelo ISA (Instituto Socioambiental) e ao qual o *Diário* teve acesso. Em 1999, 27% dos 582 km² da bacia da Billings eram ocupados por áreas urbanizadas e em vias de urbanização. A expansão urbana em termos absolutos no período foi de 48% – 45% em áreas da bacia que apresentam sérias restrições ambientais e estão mais sujeitas à degradação.

Esses números fazem maior sentido, considerada a agressão à qualidade da água da represa, fruto do aumento da quantidade de esgoto lançado *in natura* no reservatório e em seus afluentes.

A Billings abastece 1,2 milhão de pessoas que vivem em São Bernardo, Diadema e parte de Santo André. Essa água também é fonte de lazer, trans-

Luciano Violani



Ocupação das margens da Billings na região do Alvarenga, em São Bernardo: poluição da represa nessa área aumentou 47%

consolidadas, que deixaram de ser compostas por moradias esparsas, em 1989, para se tornar densamente habitadas dez anos depois. Em seguida, vêm São Bernardo, com 70% de aumento; Diadema, com 12,8%; Rio Grande da Serra, com 8,8%; e Ribeirão Pires, com 8,4%. São Paulo teve um aumento de 20% nesse dado.

"Para resolver o problema da água, o poder público precisa ter uma política habitacional séria, além de evitar novas ocupações. É preciso fiscalização e tratamento urbanístico decente para as áreas ocupadas. Não são dez famílias vivendo em área de manancial, são mais de 500 mil pessoas", disse o professor de Geografia da USP Juandir Ross, que orientou teses acadêmicas que tiveram a Billings como tema ao longo da última década.

"Essa é uma questão de vontade política. É preciso primeiro fiscalizar com eficiência, impedir novos loteamentos e recuperar as áreas existentes. Não adianta fazer na ordem inversa, como aconteceu na represa Guarapiranga", afirmou Marussia Whately, uma das coordenadoras da pesquisa.

O relatório utilizou imagens de satélite da bacia, dados censitários e geográficos, tabulados e interpretados ao longo de um ano. □

Mais informações na página 6

Bernardo, por exemplo, tiveram um aumento de 46,9% no ICPH (Índice de Comprometimento da Produção Hídrica), que considera parâmetros como formação da área e quantidade de nascentes. Grosso modo, pode-se afirmar que aumentou em quase 47% a poluição da água nessa área. O ICPH foi desenvolvido pelo ISA em parceria com a Universidade Estadual de Campinas).

O estudo apresenta a variação do ICPH para as 146 subbacias da represa. A mais comprometida é a subbacia número seis, na zona Sul da capital - variação do ICPH de 1.409%. Nenhuma das 146 teve melhora na situação - algumas conseguiram manter seus índices.

Mancha urbana - São Bernardo teve o maior crescimento de área na bacia, com 854 hectares, seguida por São Paulo, com 664. A mancha urbana de Ribeirão na bacia aumentou em 229 hectares. Em Santo André, aumentou 216; Rio Grande, 161; e Diadema, 60 hectares.

Santo André teve um aumento de 247% nas áreas urbanas

Setecidades

6 DIÁRIO DO GRANDE ABC

Domingo, 28 de abril de 2002

Mata Atlântica sofre com invasor

Bacia da represa Billings perdeu mais área, em percentual, do que a floresta Amazônica

Nicolas Tamasauskas

Da Redação

A área que compreende a bacia da represa Billings teve um desmatamento duas vezes maior em termos percentuais do que a floresta Amazônica no período de 1989 a 1999. A bacia perdeu 6,6% de Mata Atlântica no período, ficando com apenas 2.156 hectares em 1999. O território amazônico teve devastado, no mesmo período, 4% de sua cobertura florestal total.

Diadema foi o município que mais devastou mata nativa em termos percentuais na década estudada, com a redução de 30% da cobertura florestal total do município. São Paulo teve uma redução de 8,5%; São Bernardo, de 8%; Rio Grande da Serra, de 5%; Ribeirão Pires, de 3,8%; e Santo André, de 3,7%. A taxa estimada de desmatamento no Estado é de 6%. Ou seja, todas as cidades tiveram devastação equivalente ou superior à ocorrida no território amazônico.

São Bernardo, que possui a maior porção da bacia (36,6%), desmatou 901 hectares. São Paulo (28,4%) desmatou 612 hectares; Santo André (16,4%), 277,5; Rio Grande (6,3%), 140; Ribeirão Pires (10,9%), 132; e Diadema (1,2%), 92 hectares.

De acordo com Marussia Whately, coordenadora do ISA (Instituto Socioambiental), há muitos casos em que o Dism (Departamento de Uso do Solo Metropolitano) – órgão da Se-

cretaria Estadual do Meio Ambiente – verificou áreas sendo desmatadas e, passados alguns anos, as mesmas áreas tiveram nova notificação, pelo início do loteamento de moradias.

“Ou seja, nada aconteceu. Essa situação, de impunidade, serviu como um grande estímulo a novos desmatamentos e ocupações irregulares”, afirmou a coordenadora do ISA.

Segundo o coordenador da Unidade Billings do Dism, Cláudio Bolzani, na década analisada era menor a integração entre Estado, Polícia Florestal e prefeituras, o que dificultava a fiscalização, além de haver menor iniciativa de ações na Justiça pelas

Promotorias do Meio Ambiente.

“Além disso, nosso encaminhamento é puramente administrativo – a pessoa que é autuada pode ou não acatar, o que também dificulta”, disse Bolzani.

Para o ambientalista Fábio Vital, presidente do Instituto Acqua, ONG (Organização Não-Governamental) com sede em Santo André, o avanço do desmatamento apresenta impacto direto no aumento das ocupações irregulares. “As constatações dessa pesquisa são todas preocupantes. O desmatamento é imediatamente proporcional às futuras ocupações”, afirmou Vital. “O problema é que não existem políticas de fiscalização nem de habitação efetivas. A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), por exemplo, tem uma atividade pífia no sentido de suprir moradias.” □

Em termos percentuais, Diadema foi o município que mais devastou

Dusm tem 6 fiscais para 582 km²

Da Redação

■ O Dusm (Departamento de Uso do Solo Metropolitano) dispõe de seis fiscais para vigiar toda a bacia da Billings – uma área de 582 km² – e impedir desmatamentos, ocupações irregulares e agressões ao meio ambiente. Além disso, sobrevoa a área por seis horas a cada mês em um helicóptero alugado, para verificar novas irregularidades. Os municípios e a Polícia Florestal também atuam na fiscalização das áreas, que só podem, pela Lei de Proteção dos Mananciais – de 1976 –, receber construções desde que parte do lote seja preservado.

“O que posso dizer é que o Jardim Falcão foi o último loteamento clandestino de grande porte. Desde então, o que tem ocorrido é o adensamento dos loteamentos existentes”, disse Claudio Bolzani, coordenador da Unidade Billings do Dusm. O Jardim Falcão, situado em São

Bernardo, loteamento de 117 mil m², foi desfeito em 1998.

A Prefeitura de São Bernardo possui 17 pessoas na fiscalização. “São muito importantes nesse sentido as ações junto à comunidade, como o que acontece no bairro Pinheirinho”, afirmou o secretário de Habitação e Meio Ambiente, Osmar Mendonça. Moradores do bairro, Prefeitura e Ministério Público firmaram um acordo que prevê a instalação da primeira estação de tratamento de esgotos em área de manancial do Estado.

Santo André dispõe de sete fiscais. “Temos conseguido evitar as ocupações. Há notificações quase todo dia”, disse a diretora de meio ambiente da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, Patrícia Lorenz. Ribeirão Pires tem um sistema de mapas e oito fiscais. As prefeituras de Diadema e Rio Grande da Serra foram procuradas, mas não deram resposta à reportagem do *Diário*. — NT

Reservatório abasteceria 4,5 milhões

Luciano Vicioni



Da Redação

■ Segundo o ISA (Instituto Socioambiental), a Billings possuiria capacidade para fornecer água para 4,5 milhões de pessoas. Atualmente, o reservatório processa água potável para 1,2 milhão de habitantes de Santo André, São Bernardo e Diadema. Segundo o relatório *Billings 2000*, das 146 subbacias – divisão territorial da bacia em unidades menores, de acordo com os afluentes da Billings – da represa, 98 apresentaram perda da qualidade da água no período de 1989 a 1999. Ou seja, segundo o estudo, a tendência é um agravamento da situação.

A bacia da Billings possui um grande número de nascentes espremidas em seu território. De acordo com a coordenadora do ISA, Marussia Whately, esse fator contribui para uma maior vulnerabilidade das águas. “A ocupação humana na bacia da Billings gera um impacto muito maior do que em outros reservatórios, per-

mitindo uma agressão mais efetiva dos mananciais”, afirmou.

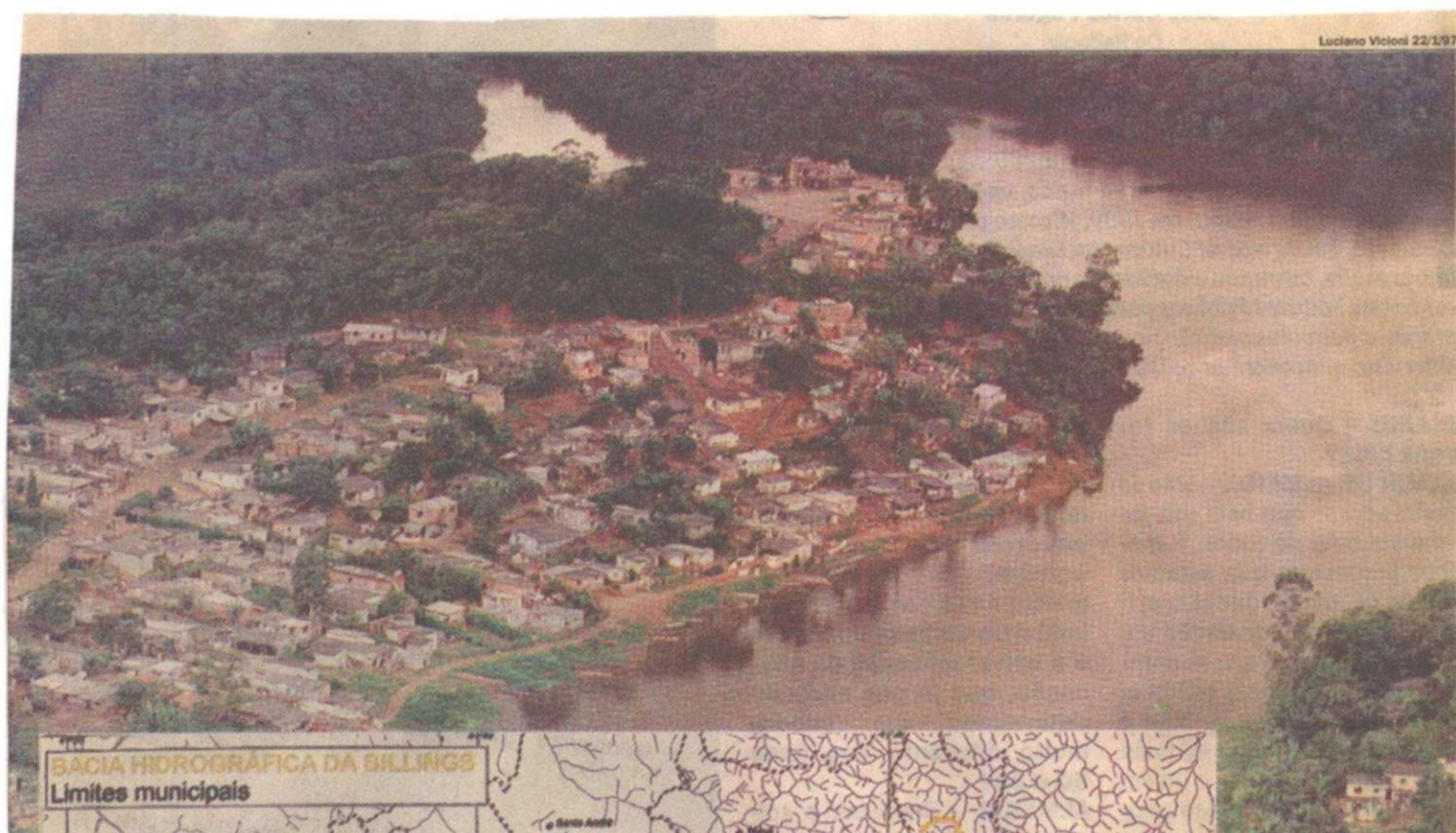
A maior parte das subbacias seriamente comprometidas – com perda da qualidade da água significativa – estão localizadas em São Bernardo, como no bairro Alvarenga.

“A ocupação desordenada, além de provocar o lançamento de esgoto na represa, gera outras formas de comprometimento da água, como assoreamento da Billings e de seus afluentes”, disse o professor de Geografia Física da USP, José Bueno Conte.

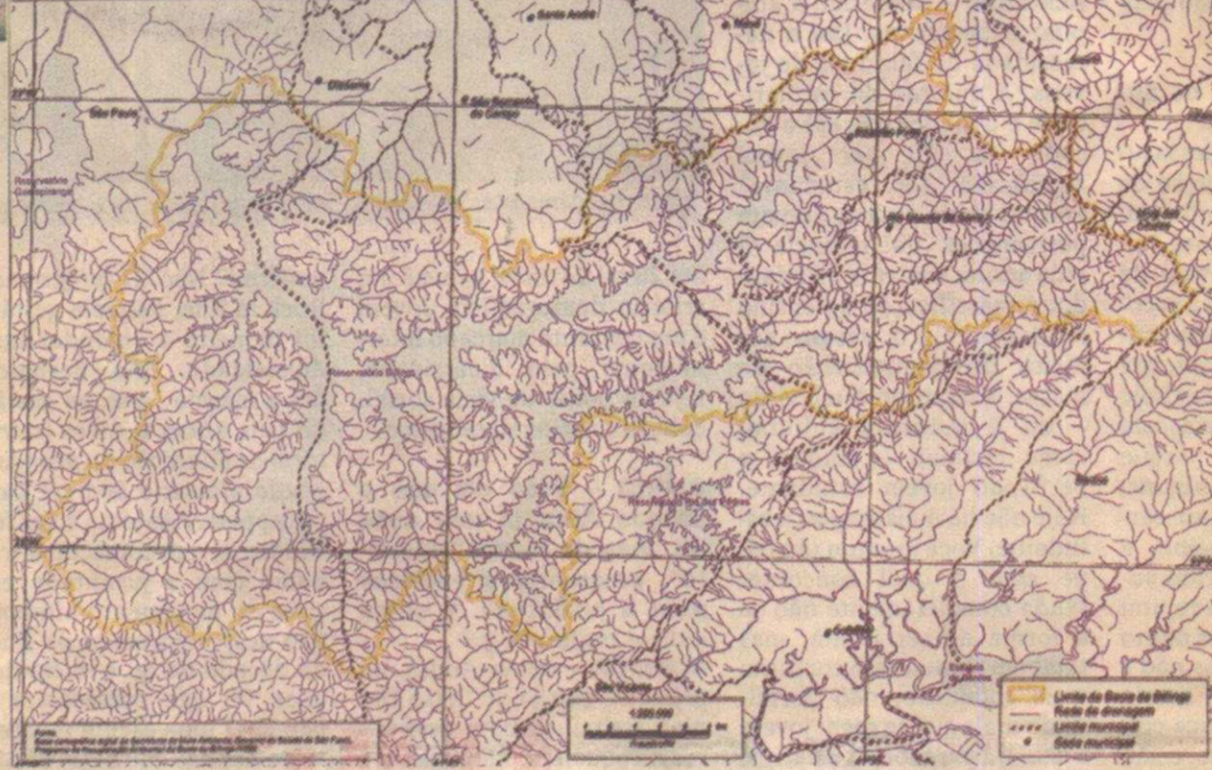
O acúmulo de sedimentos no fundo da represa, provenientes do bombeamento de águas do rio Pinheiros para a Billings, em casos de risco iminente de cheia do rio da capital, pode ser revertido, de acordo com a ambientalista. “Caso isso parasse de acontecer, a água seria regenerada, por meio de algas, que teriam intensa floração e consumiriam o material depositado no fundo”, disse Marussia. — NT

ocupação na região do Alvarenga: a água perde qualidade

Luciano Vicioli 22/1/97



SACIA HIDROGRÁFICA DA BILLINGS
Limites municipais



Área ocupada
às margens da
Billings na
Chácara Recreio
da Borda do
Campo, em
Santo André
(acima); ao
lado, a faixa
amarela indica
os limites da
bacia da
represa, no
mapa do
Instituto
Socioambiental:
infinidade de
pequenos
cursos d'água
alimenta o
reservatório

Instituto Socioambiental

Empresas buscam exploração da área

Da Redação

■ De acordo com o estudo do ISA, existiam, até 2000, 90 requisições de exploração mineral na bacia da Billings, em trâmite no Dnrm (Departamento Nacional de Produção Mineral). Caso todos os pedidos fossem aceitos, 26% da área da bacia seriam explorados, em busca de bauxita, caulim, água mineral, areia e até ouro.

Segundo o estudo, as atividades de extração mineral têm como principal impacto ambiental o assoreamento de cursos d'água e da própria represa.

Até 2000, das quatro empresas (três na capital e uma delas na região) que possuem autorização do governo federal para

exploração mineral na bacia, nenhuma dispõe de autorização junto aos órgãos estaduais para essas atividades – Deprn (Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais), Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) e Daia (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental), segundo o estudo. Três empresas atuam em São Paulo.

A empresa Poxoréo Mineração dispõe de três licenças para extração de água mineral em Ribeirão Pires. Conhecida pelo nome fantasia Águas Pilar, é ré desde abril de 2000 de um processo no Fórum do município, movido pela Secretaria do Meio Ambiente. Motivo: descumprimento de normas de proteção

ambiental, como a canalização de um córrego, desmatamento e movimentação de terra. "Acredito que até o fim do ano, iremos ganhar essa causa, o que fará com que a empresa interrompa o descumprimento da lei ambiental e pague as multas", disse a promotora do Meio Ambiente de Ribeirão, Thelma Thais Cavarzere.

Segundo ela, caso o Ministério Público ganhe a causa, a empresa terá de pagar uma multa de R\$ 10 mil ao dia, retroativos a 24 de abril de 2000, data em que a ação começou a tramitar.

A empresa foi procurada para comentar o assunto, mas não retornou as ligações até o fechamento desta edição. — NT